

Legitimação e legitimidade. De que estamos falando? A situação brasileira no século XVI.

(ensaio de estatística linguística)

Carlos Maciel

carlos.Maciel@unice.fr

As comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil abriram espaço para um grande debate, que agitou, de uma certa forma, a sociedade brasileira durante um período relativamente longo. Uma palavra, mais do que as outras, chamou a atenção. Trata-se de « invasão ».

Diziam então alguns que nunca houve descobrimento. Que houve invasão, já que, em verdade e muito simplesmente, o Brasil foi invadido pelos portugueses.

Esta questão, ou ainda o simples uso desta palavra, por si só, merece uma reflexão.

Sabemos que, durante o primeiro período do século XVI – de 1500 a 1532 –, Portugal, envolvido ainda na lógica comercial que determinou a sua « expansão », nem mesmo fez no Brasil uma qualquer política propriamente colonial. O processo – em grande parte determinado pelas evoluções que na Europa se produziram, e quero aqui fazer alusão a Lutero e ao protestantismo – somente adquiriu um caráter que se pode qualificar de colonial a partir do momento em que foram criadas as Capitanias hereditárias. Poucos foram os portugueses que atravessaram o Atlântico para chegar, no período considerado, àquilo a que se dá hoje o nome de Brasil. Segundo alguns historiadores – Chaunu ou ainda Bennassar, por exemplo – teriam sido somente cerca de dez mil durante todo o século XVI. Isto é, mil portugueses a cada dez anos, ou cem por ano... O que é muito pouco para fazer uma invasão. E Pedro Álvares Cabral, com a sua « armada », tal como é qualificada, também não dispunha dos recursos necessários para propriamente invadir um tão imenso território.

O território de que aliás aqui se fala era tão pouco e mal conhecido que foi inicialmente designado pelo termo « Ilha », vindo mais tarde a ser designado pela expressão « Terra (de Santa Cruz ». Invadir o quê? E a pergunta cabe, na medida em que também aqui se tenta dar uma explicação a fatos que, na esteira de Marc Bloch, que dizia e repetia que « *l'histoire n'est pas la science du passé* », e como se viu através do debate sobre a invasão,

concorrem para a confecção da realidade de hoje. Pascal Morand, que adota uma perspectiva weberiana, diz, completando que *“ce n’est pas le passé comme tel qui est l’objet [de l’histoire], ce sont les questions qu’on lui pose. Et ces questions, c’est le présent qui nous les dicte non seulement parce que nous appartenons à notre temps, mais parce que l’approche du passé consiste à utiliser la connaissance du passé pour approfondir notre présent. »*

Mais propriamente teria sido então uma “tomada de posse”, se entendermos que Portugal já tinha conhecimento da existência, na região de que aqui se trata, de um território até então não oficialmente designado.

A questão da “invasão” inscreve-se assim em verdade dentro da problemática da legitimidade, entendida como o ponto de chegada a que foram pouco a pouco conduzidos os portugueses ao longo de um processo de construção, de elaboração, de argumentação, a que se pode dar o nome de processo de legitimação.

O termo invasão nega no entanto aos portugueses uma qualquer legitimidade na sua ação, designa Pedro Álvares Cabral como “invasor” e indica os “invadidos”, os índios, como vítimas que merecem enfim uma reparação, uma indenização ou ainda um reconhecimento histórico que lhes foi ou viria sendo até aqui negado.. E Cabral aqui parece enquanto agente, ou como um destes acidentes da História, determinados pelas circunstâncias gerais, já que, tal como em outros tempos também já afirmou Raymond Aron, os indivíduos e os acidentes têm um papel na história e é por isso mesmo que uma análise causal em todos os casos se impõe.

Negando então qualquer legitimidade aos portugueses, o termo invasão restabelece os índios na sua legitimidade que se pretende assim construir. Se a legitimação é um processo, a legitimidade, finda a etapa considerada, é um estado.

Se por outro lado o termo “descobrimento” (ou “achamento”) também acarreta problemas – prefiro, no que me diz respeito, a expressão “tomada de posse”, como disse acima – , o mesmo ocorre com relação ao “Brasil” de que tanto (ou quase nada) se fala.

Quando falamos do Brasil, hoje, falamos de uma realidade política palpável, de um país que responde aos critérios gerais – e modernos – dos nossos estados atuais tais como os conhecemos. O período dos descobrimentos coincide quase ponto por ponto, cabe lembrar, com o do início da construção dos estados modernos, pelo menos dentro de uma perspectiva ocidental europeia.

Há com efeito hoje um estado a que se dá o nome de Brasil, que tem um território (quase cem vezes Portugal), uma população, um governo e também o inevitável

reconhecimento internacional que dá consistência política ao objeto. Mas, citando ainda Pascal Morand, vamos dizer que « *l'histoire est, semble-t-il, faite de malentendus* ».

E parece deste ponto de vista até mesmo curioso que se possa falar de descobrimento do Brasil ou ainda de invasão do Brasil. Ninguém com efeito nos indica claramente, em tais circunstâncias, qual é a realidade a que se faz referência.

Pois, se é de 1500 que se trata, não há, literalmente falando, Brasil. A legitimidade portuguesa, laboriosamente construída, compreende, ainda dentro de uma perspectiva weberiana, um fator econômico (forte), um componente social, ingredientes políticos e, naturalmente, uma forte dose de religião, que determinava então a própria natureza do estado nascente.

E, naquele ano, as caravelas de Cabral iam, como afirma o grande Oliveira Lima na sua « *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* », « como muitas outras, à procura de terras desconhecidas, ou, melhor, mal conhecidas, desde que vagas tradições, profecias sempre interpretadas como vindas ao encontro do nosso desejo, e mesmo exposições cartográficas, mais ou menos fantasistas, se harmonizavam em colocar ilhas misteriosas na altura do duplo continente americano ». E lembra que « o gravador italiano de uma medalha de bronze com a efígie de Carlos IV de Anjou, conde de Maine, tendo, pelo meado do século XV, de desenhar um mapa-mundo, designou, com o espírito de resolução que distingue a sua raça, sob o nome de « Brume » (em latim « Bruma ») o quarto continente, o qual prendia então de uma maneira muito viva a atenção dos cosmógrafos ». Passando rapidamente pela antiguidade, cabe acrescentar que Aristóteles, o filósofo, e Estrabão, o geógrafo, aludiam a terras e povoados em pleno Oceano Atlântico. « Estrabão sobretudo, diz ainda Oliveira Lima, deu como certa a existência de uma terra ocidental, que, mais tarde, se tornou, por assim dizer, o objeto constante da imaginação de numerosos sábios, com tendências humanistas, – uma terra que ora se reduzia à Ilha das Sete Cidades, ou Antilhas, ora tomava as proporções de uma « terra firme ».

Cabral não era decerto um sábio. Nós o imaginamos antes como um homem com a linguagem e as maneiras de um cortesão, uma inteligência viva, bem informado sobre estes dados... Além disso, tinha consigo, a bordo, um físico, Mestre João – de que falaremos mais adiante.

Mas a questão da invasão não passa aparentemente por estes mesmos caminhos. O que se contesta não é legitimidade portuguesa construída, fruto de um processo que resulta das circunstâncias, dos acidentes e do trabalho e capacidade de empreendimento dos

homens, mas sim a negação de uma outra legitimidade, esta suposta em princípio e aceita como verdadeira, que diz respeito aos índios na relação com a sua terra. E, diga-se a bem da verdade que a legitimidade (interna) portuguesa, estranha e estrangeira, impôs-se aos índios (num espaço agora externo).

O termo « invasão », *remis au goût du jour*, não é, cabe dizer, propriamente novo no que se refere à questão que aqui nos ocupa. Também Oliveira Viana, por exemplo, o utiliza, quando cita alguns nomes de personagens (de portugueses) que marcaram o século XVI do Brasil nascente. Diz, assim, a propósito de João Ramalho, que este se instalou « no cimo do planalto, cuja encosta desce quase a pique sobre a faixa de litoral raso onde está situado o porto de São Vicente, na vizinhança da atual cidade de São Paulo, para a fundação da qual ele prestou seu concurso, sem renunciar à nova roda que, segundo se refere, ficou sendo a sua durante 60 anos, vindo a morrer como verdadeiro patriarca e deixando naturalmente uma numerosa descendência, documento vivo da fusão das duas raças : a invasora e a subjugada ».

Mas a legitimidade portuguesa de então, que resultava em linha reta do Tratado de Tordesilhas, nem mesmo permitia prever os contornos atuais do Brasil. E os índios de que hoje falamos estão quase todos no oeste do território, só bem mais tarde ocupado... Algumas tribos só tiveram os seus primeiros contatos com os « brancos » durante o século XX – e até 1972, pelo menos. De que índios falamos então, de que Brasil, de que invasão, de que legitimidade ?

Responder a isto é responder a um processo de aparente incoerência. Em verdade, também o Brasil construiu aos poucos a sua legitimidade – pontuada por manifestações várias, amplamente conhecidas (que vão do romantismo – com o indianismo – à semana de Arte Moderna de 1922, sem esquecer Gilberto Freire e Casa Grande e Senzala). Esta legitimidade é no entanto essencialmente política, ideológica, e não deu seguramente resposta à questão da identidade, subjacente e ainda não resolvida, à questão da dependência (enquanto sentimento e enquanto elemento palpável), a questão relativa à necessária construção de um pensar nacional (v. Roberto Gomes e a Crítica da Razão Tupiniquim).

Percorrendo as estantes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontramos uma parte relativa aos « Documentos fundadores da história do Brasil ».

Inevitavelmente, uma pergunta surge. De que fundação se trata ? A leitura dos títulos informa : trata-se, por exemplo, da Carta de Pero Vaz de Caminha, das Relações do

Piloto Anônimo e do documento deixado pelo célebre Mestre João Faras, a que Varnhagen e Oliveira Viana fazem também menção. Os três eram membros da mesma armada que, conduzida por Cabral, chegou ao Brasil em 1500.

A isto acrescenta-se o « *Tratado da Terra do Brasil* », de Pero de Magalhães Gândavo, redigido em 1550 (ou 1570) – tem em verdade por título completo História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos de Brasil.

A Carta de Caminha dispensa apresentações. Quanto às *Relações do Piloto Anônimo*, cabe dizer que se trata de um texto que procura realçar não só a riqueza da terra com o seu bom ar, mas também a aparência física dos seus habitantes, em especial das mulheres, pelos cabelos compridos e a beleza do corpo. Ressalta ainda a confraternização que acontecia entre os portugueses e os silvícolas, que se divertiam, negociavam e se auxiliavam neste primeiro contato verdadeiramente paradisíaco entre o europeu e o nativo da terra

A vida de Mestre João vem por outro lado sendo pesquisada desde que Francisco Adolfo Varnhagen trouxe a público, pela primeira vez, em torno de 1840, o depoimento que deu sobre a chegada da frota cabralina a Porto Seguro, no dia 22 de abril de 1500.

Mestre João Faras era formado em artes e medicina. Era médico e cirurgião do rei D. Manuel. É uma personagem típica do humanismo ibérico, envolvido com os descobrimentos e com o vasto universo de conhecimento da renascença europeia. Foi o Mestre João Faras quem realizou as primeiras observações astronômicas no território “brasileiro”, conforme se pode notar pelos seus comentários nesta correspondência em que se identificam as estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul.

Estes três primeiros textos constituem assim um bloco homogêneo, pelo menos no que se refere a dois elementos : os três textos foram produzidos em 1500 e os três autores foram companheiros de viagem, fazendo parte da mesma armada.

Já o texto de Pero de Magalhães Gândavo e de natureza diferente. Trata-se, como indicado acima, de uma « História » do Brasil de então – que, no entanto, só foi publicado em 1826, na Coleção de notícias para a história e a geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são vizinhas, pela Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo IV, nº IV.

O projeto de Pero de Magalhães Gândavo era de mostrar as riquezas da terra, mas, sobretudo, de fazer propaganda para a imigração, para que os portugueses tivessem vontade de ir para o Brasil e de lá ficar.

Na parte relativa aos cronistas e viajantes, encontramos, no que se refere ainda ao século XVI, a « Carta » de Antônio Rodrigues. Este, soldado, viajante e jesuíta português, foi, durante dezoito anos, soldado dos exércitos da Espanha na América do Sul e, como tal, assistiu à fundação de Buenos Aires e Assunção, descendo até a região do Chaco e continuando pelo Rio Paraguai até chegar ao Brasil Central. Mas foi quando entrou na Companhia de Jesus que se tornou mais conhecido.

Foi um dos fundadores de São Paulo e o instituidor das célebres aldeias jesuíticas em torno da Bahia de Todos os Santos. Esteve presente também no Rio de Janeiro, nos conflitos com os franceses. O texto de que aqui se trata é também de meados do século XVI.

A estes cinco textos acrescentei um, o texto de Francisco Adolfo Varnhagen, e constituí uma base de dados. O texto de Varnhagen, naturalmente tardio, aí aparece pelas razões evocadas acima. Trata-se de um Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil, escrito em 1847 e publicado, como estudo introdutório, no Florilégio da Literatura Brasileira.

Por outro lado, trata-se aqui de uma tentativa para encontrar, nos diferentes textos e através de um estudo do vocabulário, marcas dos elementos que aqui nos interessam. Foram utilizadas, em todos os casos, as edições de referência da Biblioteca Nacional.

A base assim constituída representa um conjunto de 38.268 palavras e um vocabulário de 5.748 formas diferentes. Convém desde já observar que a dispersão é forte e que 3.294 formas têm frequência 1 (57%), 907 têm frequência 2 (73%) e 408 têm frequência 3 (80%)...

Quadro I

N°	TITRE	OCCURRENCES	VOCABLES	Prob P	Prob Q	ABREGE	CODE
1	Cami	9408	1635	.2458	.7542	Cami	Ca
2	JoFa	776	311	.0203	.9797	JoFa	JF
3	AnEo	3730	978	.0975	.9025	AnEo	AR
4	Varn	11675	2974	.3051	.6949	Varn	Va
5	PiAn	1839	569	.0481	.9519	PiAn	PA
6	Gând	10840	1912	.2833	.7167	Gând	GA
	TOTAL	38268	5748				

Resulta da observação que o discurso português é um discurso de legitimidade ; em outras palavras, é um discurso que se inscreve numa lógica de continuidade, com relação a uma legitimidade já adquirida e confirmada. E o texto de Varnhagen não é deste ponto de vista diferente. Ele constata e, *ce faisant*, legitima o passado histórico de que necessita para construir a trajetória brasileira que quer descrever.

Há assim claramente identificadas duas legitimidades : uma é interna, feita em Portugal para a realidade portuguesa ; a outra é externa. Esta última precisa ser « reinterpretada » dentro do espaço brasileiro, onde uma nova legitimidade tem de ser construída, que exige novas práticas e um novo discurso – que, fundamentalmente, parece estar ausente quando estudamos os textos aqui relacionados.

Num texto publicado recentemente no jornal *Le Monde*, Dan Diner, professor de história na Universidade de Jerusalém, estuda com abundância de argumentos a problemática da legitimidade interna que se opõe a uma legitimidade externa. Esta última é o « olhar » e a aceitação – com graus – que se pode esperar do outro.

No caso brasileiro, no século XVI, encontramos a mesma dificuldade. O índio nada tinha que ver com a legitimidade que Portugal tinha elaborado aos poucos, durante décadas, para « uso interno ». No Brasil, os portugueses precisavam assim reconstruir, criar

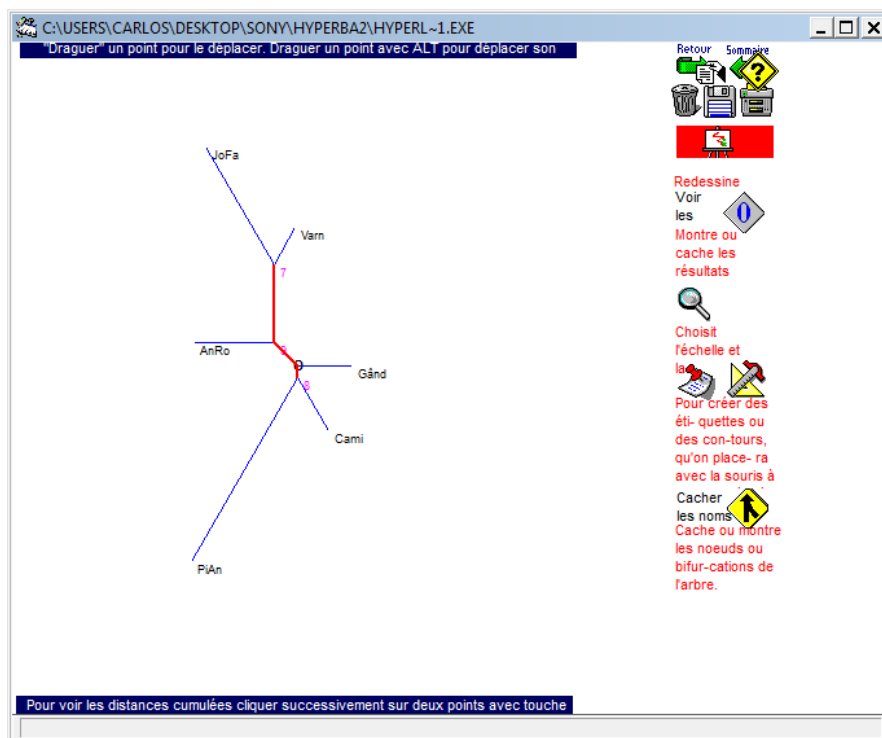
uma nova legitimidade, compreender e justificar a legitimidade do índio... Em últimas palavras, como é que os portugueses e os índios poderiam justificar, uns com relação aos outros, a sua pretensão pela mesma terra (coisa que, para Portugal, tem até mesmo uma componente divina) ? Mas não creio que seja conveniente ter uma visão assim tão otimista e, até mesmo, ingênua com relação ao processo histórico.

Quadro II

Le premier élément de chaque ligne précise la classe de fréquence (de 1, 2, n mots), le second l'effectif de la classe correspondante (combien de mots employés 1, 2, n fois).

1	3294	21	6	41	1	61	1	81	0
2	907	22	7	42	3	62	3	82	0
3	408	23	6	43	4	63	1	83	0
4	244	24	9	44	1	64	1	84	1
5	158	25	7	45	6	65	1	85	2
6	111	26	10	46	1	66	3	86	2
7	83	27	2	47	3	67	1	87	0
8	54	28	8	48	2	68	3	88	0
9	49	29	2	49	1	69	2	89	0
10	34	30	2	50	4	70	0	90	0
11	26	31	4	51	1	71	3	91	0
12	32	32	5	52	0	72	3	92	1
13	27	33	6	53	2	73	0	93	0
14	25	34	3	54	2	74	1	94	1
15	18	35	1	55	0	75	1	95	2
16	8	36	4	56	1	76	1	96	1
17	21	37	1	57	0	77	0	97	1
18	16	38	4	58	1	78	1	98	0
19	11	39	5	59	2	79	0	99	1
20	13	40	1	60	3	80	0	100	0

Quadro III



É possível constatar (Quadro III) que os textos de Caminha e do Piloto Anônimo associam-se e aparecem, na análise em árvore, vinculados ao mesmo “nó”, na vizinhança imediata do texto de Gândavo; João Faras e Varnhagen por outro lado distanciam-se, ocupando a parte superior do quadro. Antônio Rodrigues marca a sua diferença e instala-se na parte mediana da “árvore”.

Quadro IV

Cami					JoFa				
N°	écart	corpus	texte	mot	N°	écart	corpus	texte	mot
1	9.51	92	65	eles	2	7.27	9	13	alteza
1	9.16	62	49	nós	2	7.06	43	13	vossa
1	8.36	85	57	capitão	2	5.87	5	5	polegadas
1	7.19	64	43	ali	2	5.16	4	4	estrela
1	6.47	22	20	praia	2	5.16	4	4	astrolábio
1	6.34	26	22	arcos	2	4.09	45	7	senhor
1	6.17	43	30	vossa	2	4.09	10	4	altura
1	6.10	74	43	bem	2	4.08	4	3	tenho
1	6.05	20	18	andavam	2	3.31	21	4	eu
1	5.90	113	57	todos	2	3.01	4	2	sítio
1	5.89	14	14	setas	2	3.01	4	2	piloto
1	5.70	16	15	batéis	2	3.01	4	2	carta
1	5.63	2985	862	,	2	3.01	4	2	canárias
1	5.54	50	31	logo	2	2.92	15	3	tomar
1	5.54	20	17	mui	2	2.81	17	3	cruz
1	5.46	39	26	alteza	2	2.74	6	2	ontem
1	4.99	1216	374	.	2	2.71	19	3	quanto
1	4.92	43	26	lá	2	2.64	7	2	pequena
1	4.90	85	42	lhes	2	2.64	7	2	navio
1	4.84	17	14	noite	2	2.64	7	2	hora
1	4.80	54	30	entre	2	2.56	42	4	outro
1	4.78	62	33	deles	2	2.55	8	2	sol
1	4.73	491	167	-	2	2.55	8	2	desde
1	4.63	14	12	traziam	2	2.54	23	3	nenhuma
1	4.62	38	23	naus	2	2.48	9	2	pero
1	4.58	9	9	pregação	2	2.48	9	2	estar
1	4.58	9	9	creio	2	2.48	9	2	cabó
1	4.58	9	9	conosco	2	2.41	10	2	sul
1	4.58	9	9	andava	2	2.36	28	3	quase
1	4.54	116	51	ou	2	2.34	11	2	vai
1	4.35	28	18	mandou	2	2.28	12	2	modo
1	4.34	15	12	feira	2	2.28	12	2	causa

Caracterizam o texto de Caminha (Quadro IV) os vocábulos Capitão, praia, arcos, setas, naus e pregação, assim como Vossa Alteza. “Capitão” e “Vossa Alteza” bem traduzem a legitimidade ou a representação do poder constituído a que se refere o missivista. No mesmo quadro, como se vê, João Faras dirige-se a “Vossa Alteza”, autoridade legítima ou que ele assim legitimiza. Os demais vocábulos, neste último caso, são significativos das investigações a que se dedica o profissional, o cientista. E estrela, astrolábio, altura, piloto, navio e sol dão assim uma justa medida das preocupações de João Faras no momento de que se trata.

Já Antônio Rodrigues (Quadro V) descreve o mundo de viajante, de soldado e de religioso em que viveu e que bem traduzem, no âmbito daquilo que foi a sua paisagem humana e social, os vocábulos gentios, gente, humana, carijós, irmãos, caríssimos, cristãos, senhor, carne, peru, cobiça e padre, ou ainda léguas, mundo, fome e pecados. Poeta, poema, poesia, autor, composições, versos, século e literatura são por outro lado as formas que bem põem em evidência os temas de que trata Varnhagen, cuja obra, tal como mencionado, é bem mais tardia. Armada, tormenta, velas, naus e Capitão caracterizam por outro lado o texto do Piloto Anônimo, enquanto que índios, capitania, terras, portugueses e açúcar

Os textos ditos fundadores da Biblioteca Nacional aparecem em consequência como diversos e neles encontramos uma forma de legitimidade, que os vocábulos Capitão e Vossa Alteza (Caminha, João Faras e o Piloto Anônimo – os três da “armada” de Cabral) bem melhor do que outros simbolizam. Neste caso, o objeto é claramente definido e não contestado e é naturalmente que os autores mencionam as autoridades a que se dirigem (Pedro Álvares Cabral e Dom Manuel – que mandam para a legitimidade já internamente construída a que fizemos alusão). Gândavo, que se inscreve já na perspectiva da história que se constrói, inclui portugueses e capitania, assim como índios e açúcar, que se referem diretamente à ordem institucional e à atividade econômica dominante do início do período colonial. Nestes termos, ele remete para a legitimidade já construída e não contestada, a de Portugal sobre a terra descoberta. Antônio Rodrigues, o soldado, o jesuíta, o fundador, num outro registro, descreve a paisagem que é agora a sua, deste novo mundo a que se integrou, a que pertence, o que inclui os seres (gentios, carijós) e as suas práticas, crenças e organização social (cristãos, almas, cidade), e, assim, aponta para a legitimidade a construir; por outro lado, como visto, Varnhagen, já de outro tempo, ocupa-se da poesia, também fundadora da realidade da nova terra, e representativa de uma outra legitimidade em construção, ou de um outro processo de legitimação.

Quadro V

The screenshot shows a software window titled 'C:\USERS\CARLOS\DESKTOP\SONY\HYPERBA2\HYPERL-1.EXE'. The interface includes a menu bar with options like 'Refaire résumé', 'AnRo', 'Varn', 'Frier', 'Cherche', and 'Retour Sommaire'. Below the menu, there are two panes displaying search results for the word 'Varn'. The left pane is titled 'AnRo Varn' and the right pane is titled 'CLIC+MAJ: Recherche du mot dans les textes'. Both panes have columns for 'N°', 'écart', 'corpus', 'texte', and 'mot'. A red arrow points to the word 'Varn' in the first row of the left pane.

N°	écart	corpus	texte	mot	N°	écart	corpus	texte	mot
3	19.09	101	84	"	4	8.27	30	30	poeta
3	10.95	25	25	gentios	4	7.88	2985	1098	,
3	7.98	68	32	gente	4	7.62	26	26	josé
3	6.54	14	12	humana	4	7.32	367	178	em
3	6.11	9	9	chamados	4	7.11	23	23	poema
3	5.83	12	10	achamos	4	7.04	577	255	o
3	5.38	14	10	prata	4	6.56	20	20	poetas
3	5.35	49	19	nosso	4	6.56	20	20	poesia
3	5.30	7	7	carijós	4	6.56	20	20	autor
3	5.30	7	7	bergantins	4	6.18	18	18	composições
3	5.22	33	15	nossa	4	5.98	17	17	poesias
3	5.21	12	9	chegamos	4	5.95	28	24	só
3	5.05	10	8	vos	4	5.78	16	16	versos
3	5.05	10	8	irmãos	4	5.57	15	15	y
3	4.97	45	17	senhor	4	5.54	332	149	do
3	4.85	6	6	caríssimos	4	5.36	14	14	talvez
3	4.82	14	9	cristãos	4	5.13	13	13	século
3	4.66	35	14	me	4	5.13	13	13	pe
3	4.59	19	10	cidade	4	5.13	13	13	literatura
3	4.47	24	11	carne	4	5.03	1218	452	de
3	4.47	7	6	peru	4	4.90	12	12	gênio
3	4.38	94	24	porque	4	4.90	12	12	época
3	4.37	5	5	receber	4	4.83	352	150	da
3	4.37	5	5	cobiça	4	4.78	17	15	d
3	4.36	17	9	padre	4	4.67	11	11	cláudio
3	4.19	8	6	mundo	4	4.51	66	38	seu
3	4.09	48	15	léguas	4	4.46	13	12	obras
3	4.00	6	5	fome	4	4.46	13	12	história
3	4.00	6	5	almas	4	4.42	10	10	américa
3	3.97	9	6	deixando	4	4.16	9	9	silva
3	3.85	4	4	pecados	4	4.16	9	9	mattos
3	3.85	4	4	onças	4	4.16	9	9	academia

Quadro VI

PiAn					Gând				
N°	écart	corpus	texte	mot	N°	écart	corpus	texte	mot
5	9.98	20	18	armada	6	11.26	141	102	há
5	8.34	17	14	dita	6	11.14	58	55	índios
5	6.55	14	10	dito	6	10.45	231	139	muito
5	5.59	1673	132	e	6	10.08	50	47	capitania
5	5.28	44	13	dia	6	9.66	227	132	terra
5	5.08	5	5	velas	6	9.14	130	86	são
5	4.84	9	6	tormenta	6	9.04	33	33	moradores
5	4.80	38	11	naus	6	8.60	50	43	está
5	4.74	6	5	ditas	6	8.18	67	51	tem
5	4.61	27	9	lugar	6	7.77	66	49	têm
5	4.14	5	4	12	6	7.56	43	36	fazem
5	4.13	20	7	vento	6	7.10	86	56	muitas
5	4.06	72	13	qual	6	6.84	102	62	esta
5	4.05	28	8	mandou	6	6.67	28	25	terras
5	4.03	15	6	rei	6	6.66	60	42	desta
5	3.98	85	14	capitão	6	6.56	22	21	chama
5	3.90	6	4	mês	6	5.87	609	239	se
5	3.90	6	4	madeira	6	5.83	21	19	portugueses
5	3.47	4	3	gentes	6	5.77	15	15	vivem
5	3.47	4	3	encontramos	6	5.77	15	15	matam
5	3.47	4	3	determinou	6	5.76	18	17	reino
5	3.47	4	3	chamada	6	5.54	14	14	fruta
5	3.47	4	3	braço	6	5.54	14	14	açúcar
5	3.47	4	3	10	6	5.37	30	23	partes
5	3.40	60	10	homens	6	5.36	32	24	costa
5	3.28	10	4	naquele	6	5.33	16	15	escravos
5	3.25	25	6	tinha	6	5.31	13	13	fazendas
5	3.24	5	3	viagem	6	5.23	25	20	junto
5	3.24	5	3	serenissimo	6	5.08	12	12	caça
5	3.24	5	3	folhas	6	5.08	12	12	acha
5	3.24	5	3	buracos	6	5.03	24	19	capitulo
5	3.10	37	7	dias	6	4.87	14	13	nestas

Antônio Torres, no romance *Meu Querido Camibal*, levanta, à sua maneira, estas questões.

« Era uma vez um índio. E era nos anos 500, no século das grandes navegações – e dos grandes índios.

Quando os brancos, os intrusos no paraíso, deram com os seus costados nestas paragens ignotas, não sabiam que eles existiam há 15 ou 20 mil anos e que eram mais de 5 milhões, dos quais pouco ou nada iria restar para contar a história.

Como os índios não dominavam a escrita, seu destino sobre a terra esfurmaçou-se em lendas. Se sabemos alguma coisa a respeito deles, é graças aos relatos daqueles mesmos brancos, quase sempre delitantes, pautados pelo exagero e eivados de suspeição...

O índio se chamava Cunhambebe.

Sua nação chamava-se Tupinambá, o que significa filho do Pai Supremo, povo de Deus, ou, numa versão mais provável, filho da Terra.

E este povo chamado Tupinambá era oriundo do grande tronco tupi-guarani. Habitava o litoral brasileiro desde a embocadura do Amazonas até o Rio da Prata. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão, muitos séculos depois que os primeiros povos indígenas começaram a descer em ondas o continente americano...

O índio Cunhambebe era o mais valente do lugar. Vivia em guerra permanente contra os seus vizinhos, como os tupiniquins, em violentas batalhas pela defesa do seu espaço ou vingança familiar.

Aí chegaram os portugueses, vomitando fogo, com o firme propósito de tomar a terra na marra e escravizar os seus donos.

Cunhambebe enfureceu-se. E fez a terra tremer. »

A história serve para dar resposta às questões do presente, dizíamos nós, citando Marc Bloch e Pascal Morand. E dizíamos que ela é feita de malentendidos. Aí está um deles. Com um povo que ainda hoje busca a sua identidade e que, episodicamente, fala de invasão, ainda que o processo seja sem dúvida diverso. E a questão não está resolvida, nem aqui, no Brasil, nem lá, em Portugal...

LEGENDA

- 1 Cami - Carta de Caminha
- 2 JoFa - João Faras
- 3 AnRo - Antônio Rodrigues
- 4 Varn - Varnhagen
- 5 PiAn - Piloto Anônimo
- 6 Gând - Gândavo

Bibliografia :

Pascal Morand, *La Victoire de Luther – essai sur l'union économique et monétaire*, Biblioteca europea, Vivarium, Napoli.

Marc Bloch, *L'étrange défaite*, Gallimard (Folio), Paris, 1990.

Dan Diner, *Les trois légitimités d'Israel*, in *Le Monde*, 18-19 agosto de 2002.

Antônio Torres, *Meu Querido Canibal*, Record, 2000.

Oliveira Lima, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, 2ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.